

Da omissão à divulgação: a biblioteca e o arquivo como práticas discursivas

*From Omission to Dissemination: the Library
and the Archive as Discursive Practices*

Regina de Carvalho Ribeiro da Costa | reginhacribeiro@gmail.com

Graduada em Biblioteconomia e História e doutora em História pela UFF

Resumo O objetivo do presente artigo é compreender o funcionamento de bibliotecas e arquivos enquanto discursos, conforme a definição de Michel Foucault. A análise passa pela caracterização teórica das finalidades de tais instituições, distinguindo os materiais e os processos operados no interior das bibliotecas e dos arquivos, para alcançar o conceito de “instituições de memória” de Michel Pêcheux. Assim, o artigo conclui que as práticas discursivas provenientes de bibliotecas e arquivos, por meio de procedimentos de controle e delimitação de registros da cultura material, resultam da efetiva produção social monitorada por políticas informacionais vigentes.

Palavras-chave bibliotecas; arquivos; práticas discursivas; instituições de memória; políticas informacionais

Abstract The aim of this article is to understand the functioning of libraries and archives as discourse, as defined by Michel Foucault. The analysis goes through the theoretical characterization of the purposes of such institutions, distinguishing the materials and processes operated inside the libraries and the archives, in order to reach the concept of “institutions of memory” by Michel Pêcheux. Thus, the article concludes that discursive practices from libraries and archives through procedures for controlling and delimiting material culture records result from an effective social production monitored by current informational policies.

Keywords libraries; archives; discursive practices; memory institutions; informational policies

1. Definições preliminares

Compreender a biblioteca e o arquivo como discursos implica conhecer melhor o funcionamento de tais instituições, seus objetivos, sua matéria e o público a que atendem. Por isso, começaremos este artigo explicando o que são a biblioteca e o arquivo. Contudo, é preciso advertir, antes de prosseguir, que não estamos particularizando os objetos de estudo. Isto significa que o esforço de reflexão que se propõe a seguir não é o estudo de caso de uma biblioteca real ou um arquivo específico, mas sim de uma análise teórica na qual tais instituições podem ser pensadas, em termos weberianos, como “tipos ideias”.

Neste sentido, as generalizações que serão feitas estarão respaldadas na construção mental de modelos teóricos. É necessário salientar que tal abordagem é apenas uma opção metodológica, a partir da qual o estabelecimento das diferenças e das semelhanças a seguir foi o critério basilar de análise. No entanto, este relativismo não descarta a volatilidade dos conceitos fundamentais quanto à biblioteca e ao arquivo.¹

Assim, podemos iniciar debatendo a definição de bibliotecas e arquivos como instituições corresponsáveis no processo de transmissão da informação, de acordo com Heloísa Bellotto (2014, p. 29). A análise da historiadora e bibliotecária adensou a discussão, acrescentando os centros de documentação ao lado de arquivos e de bibliotecas, cuja proximidade estaria na missão institucional desses espaços, os quais devem pressupor intensa participação social.²

Em relação às bibliotecas, Bellotto (2014, p. 31) destacou os fins técnicos, científicos e culturais destas instituições que funcionam como órgãos colecionadores voltados a um público amplo e diverso. Quanto aos arquivos, a autora abordou os fins administrativos, jurídicos e históricos destas instituições que funcionam como órgãos receptores de documentação cujos usuários, geralmente, são o próprio administrador, o empresário ou o pesquisador. Obviamente, a classificação proposta por Bellotto é deveras esquemática, o que se pode justificar pela finalidade introdutória do texto. No entanto, seu estudo é interessante ponto de partida para conhecer melhor as diferenças e as semelhanças entre a biblioteca e o arquivo.

Na biblioteca, há, segundo Bellotto (2014, p. 31-32), uma reunião, feita por compra, doação ou permuta, de múltiplos registros produzidos por diversas fontes, produtos de pesquisa ou de criação artística, técnica e científica com fins culturais. No arquivo,

1 Isto implica reconhecer outras opções analíticas e possibilidades de definição à biblioteca e ao arquivo. Em respeito à limitação do presente artigo, e em atenção ao objetivo proposto, foi escolhido o critério das distinções na equiparação das instituições como corresponsáveis pela guarda e pela transmissão da informação em uma sociedade.

2 No entanto, a análise dos centros de documentação não consta dos objetos do presente artigo.

a autora distingue a origem dos documentos reunidos por terem sido produzidos por, em geral, apenas uma fonte geradora, tornando-se exemplares únicos que são arranjados em séries ou grupos para serem guardados. De modo que Bellotto (2014, p. 33) chamou a coleção de biblioteca de “reunião artificial de documentos” e o acervo construído pelo arquivo, natural e cumulativamente, de “reunião orgânica”.

Assim, o tipo de documentação manipulado pelas bibliotecas diz respeito à produção múltipla impressa, ao passo que os arquivos possuem seus acervos formados por impressos ou manuscritos. Neste interim, é importante esclarecer que, por documento, adotamos o conceito de Jacques Le Goff, para quem

O documento não é qualquer coisa que fica por conta do passado, é um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de força que aí detinham o poder. [...] O documento não é inócuo. É antes de mais o resultado de uma montagem, consciente ou inconsciente, da história, da época, da sociedade que o produziu, mas também das épocas sucessivas durante as quais continuou a viver, talvez esquecido, durante as quais continuou a ser manipulado, ainda que em silêncio. (LE GOFF, 2003, p. 537-538)

A partir desta definição, podemos perceber que arquivos e bibliotecas apresentam diferenças internas significativas em termos de processamento técnico de sua documentação, embora possam ser identificadas etapas bastante parecidas, como a catalogação da biblioteca, que se traduz em descrição no âmbito dos arquivos; ou a classificação da biblioteca equivalente ao arranjo arquivístico (BELLOTTO, 2014, p. 33-34).

Apesar da superficialidade com a qual as definições das instituições são tratadas no texto de Bellotto, a autora propõe o diálogo entre arquivos, bibliotecas e centros de documentação orientado, fundamentalmente, pela missão comum de disseminar a informação na sociedade. Bellotto (2014, p. 31) ressalta, ainda, a importância dos centros de documentação para a superposição da velha dicotomia entre arquivo e biblioteca, uma vez que tais centros podem funcionar como órgão colecionadores e/ou referenciadores, representando a soma daquelas duas instituições.

Desse modo, os centros de documentação também podem ser inseridos no debate em que se propõe pensar tais instituições como discursos. Neste sentido, é com os discursos institucionalizados produzidos por bibliotecas e arquivos que o artigo dialoga. A seguir, uma análise institucional conduzirá à especificação de tais instituições que compõem os objetos do presente trabalho.

2. Institucionalismo e isomorfismo

Objeto antigo da sociologia, Max Weber compreendeu as instituições como organizações legítimas, onde os profissionais possuem autoridade legal racional

reconhecida por toda a sociedade ou por um grupo particular de indivíduos (QUINTANEIRO; BARBOSA; OLIVEIRA, 2002). Foucault (2012) ultrapassou esta análise ao perceber o papel das instituições sociais na regulação efetiva da vida dos indivíduos, funcionando como um dispositivo disciplinar no propósito de conformar as pessoas ao seu lugar social.

O institucionalismo presente nesta análise, no entanto, não se refere às “instituições disciplinares” estudadas por Foucault (2012), em *Vigiar e punir*, para descrever o processo histórico de disciplinamento social de crianças, soldados e doentes transcorrido desde o século XVII a fim de conter fluxos sociais. De fato, bibliotecas e arquivos guardam distantes aproximações com a definição institucional trazida por Foucault no referido estudo.

Ainda assim, é importante pontuar a preocupação do teórico com as matrizes normativas para o comportamento individual desenvolvidas nas instituições disciplinares a partir da articulação com a concepção de poder imanente. Sem aprofundar na leitura da máquina arquitetônica de Jeremy Bentham chamada “Panóptico”, a partir da qual Foucault (2012, p. 186-214) identificou o funcionamento das instituições disciplinares, vale considerar sua problematização dos modos de sujeição como formas de saber e de governamentalidade.

Em termos conceituais, o institucionalismo em voga também não se identifica com as chamadas “instituições totais” do sociólogo canadense Erving Goffman (2008), cuja racionalidade está assentada no modo de funcionamento social. Como espaços fechados, as instituições totais desenvolveriam processos de mortificação do “eu civil” conforme as distintas fases de socialização através da experiência binária do ser com o grupo no espaço-tempo.

Se tais definições formativas das instituições³ não abrangem o significado sob análise no presente trabalho, cumpre apontar para o legado durkheimiano resvalado em seu conceito. Deste modo, é na natureza funcionalista das instituições sociais que reside a herança mais superficial da perspectiva de Durkheim. É, pois, pela função especificamente voltada para a guarda de registros informacionais que bibliotecas e arquivos, assim como centros de documentação, são reconhecidos socialmente como instituições.

Embora seja possível admitir que o conceito de instituição é academicamente controverso, seu exame conceitual aprofundado não é alvo primordial desta análise, que se resume em partir do estudo das instituições enquanto estudo da sociedade em ação, conforme Hughes (1942, p. 307), ainda que essa ação decorra de limitações sociais estabelecidas. Definidas como fenômenos sociais, as instituições crescentes

3 Para uma análise mais completa sobre a polissemia do conceito de instituição, ver Ferreira (2012).

e especializadas, em termos de função, estruturam as complexas comunidades das sociedades civilizadas (HUGHES, 1936, p. 181).

No bojo da abordagem institucional, a institucionalização tem sido definida como processo por meio do qual valores substituem fatores técnicos a partir de tarefas organizativas, salientando que “o processo de institucionalização de crenças, valores normativos e cognitivos acontece em diferentes níveis de análise” (VIEIRA, MISOCZKY, 2003, p. 43). A partir do ambiente institucional, é possível estudar similitudes e distinções das estruturas e dos processos desenvolvidos nas organizações modernas.

Na perspectiva da estruturação⁴, portanto, o trabalho busca teorizar sobre a similaridade organizacional entre bibliotecas e arquivos, em lugar de teorizar sobre sua diversidade organizacional. Trata-se do estudo do isomorfismo das organizações identificado como um conceito-chave, por Cristina Amélia Carvalho e Marcelo Milano Falcão Vieira (2003, p. 31), na análise macroinstitucional para compreender a política e os ritos desenvolvidos em processos organizacionais homogêneos, logo, como mecanismo institucionalizador.⁵

Se, por um lado, é preciso reconhecer o institucionalismo e o isomorfismo que subsidiam a análise de bibliotecas e arquivos como instituições similares, faz-se necessário apontar que o vínculo estrutural está sendo estabelecido a partir de sua natureza funcional. Efetivamente, bibliotecas, arquivos e centros de documentação são pensados como um tipo institucional específico: “instituições de memória”. Na definição de Michel Pêcheux:

As instituições de memória são dispositivos através dos quais os aparelhos do poder de nossas sociedades gerem a memória coletiva, terminando por envolver uma divisão do trabalho de leitura: de um lado estão os “literatos” (usuários dos arquivos: historiadores, filósofos, pessoas de letras) promovendo leituras originais interpretativas. De outro, há uma leitura impondo ao sujeito-leitor seu apagamento atrás da instituição que o emprega [...] [*renunciando*] a toda pretensão de “originalidade” [...] na prática silenciosa de uma leitura consagrada ao serviço de uma Igreja, de um rei, de um Estado, ou de uma empresa. (PÊCHEUX, 1994, p. 57)

Desta maneira, referem-se às instituições que tradicionalmente tinham por função estocar registros documentais produzidos socialmente. Ao armazenarem, não

4 O conceito de “estruturação”, na análise sociológica de Anthony Giddens (1979), permite deslocar o nível da análise das ações para as organizações.

5 Os autores destacam que o processo de isomorfismo pode ser desenvolvido por meio de mecanismos coercitivos, miméticos ou normativos, cuja análise pormenorizada não cabe no presente artigo (CARVALHO; VIEIRA, 2003).

de maneira ingênua, mas por meio de procedimentos de seleção e de aquisição do material, bibliotecas e arquivos, como instituições culturais de memória, são permanentemente controlados pelos aparelhos de poder, como explicou Pêcheux. Na sequência, será analisado o discurso simbólico do poder desenvolvido por tais instituições de memória.

3. Produção social das instituições de memória

Para compreender a produção social das instituições de memória, é crucial perceber que o estudo das bibliotecas e dos arquivos como entidades discursivas tal como proposto é relevante, sobretudo, em uma sociedade cada vez mais orientada para a digitalização da informação, como tem ocorrido. Sem adentrar na acirrada discussão sobre a obsolescência do suporte físico para o registro, é preciso notar o caminho percorrido nas últimas décadas na busca de suportes cada vez mais digitais para a informação.⁶

Seja como for, as instituições de memória, por meio de políticas informacionais, selecionam na memória aquilo que se tornará “a História”, o discurso oficial. Neste processo, muito do que foi construído socialmente, inclusive pela oralidade, se perde. Na verdade, pode-se pressupor que a preocupação das autoridades com tais instituições produz, intencionalmente, uma política de segregação claramente definida, apartando alguns setores sociais de seus registros memoriais.

A crítica de Antônio Agenor Briquet de Lemos em relação à biblioteca neste sentido aplica-se também às demais instituições de memória. Nas palavras do autor:

Basicamente, tidas como repositórios de materiais impressos, tem-se uma visão mais adequada de sua função quando se encara a biblioteca sob a perspectiva cultural, como memória coletiva do grupo social e, por extensão, da própria humanidade, e da perspectiva de serviço público voltado para o fornecimento de informações / conhecimentos necessários para o exercício de atividades profissionais, e de meios que ensejem a fruição do saber e o prazer da leitura. (LEMOS, 2008, p. 101)

O autor, que distinguiu a tipologia das bibliotecas como nacionais, públicas, escolares, universitárias, especializadas e especiais (LEMOS, 2008, p. 107), também pontuou sua unidade em termos das atividades técnicas desenvolvidas em seu interior,

6 Percurso que foi acelerado com a pandemia de covid-19 no transcurso de 2020, o que promoveu o fechamento dos espaços físicos, apesar de ter exacerbado a necessidade de abertura das versões digitais guardadas nas instituições, sobretudo das bibliotecas.

divididas em três grandes grupos, a saber: os serviços de seleção e aquisição de materiais, o processamento técnico e o atendimento aos usuários (LEMOS, 2008, p. 112).

É exatamente no que tange ao primeiro grupo de serviços, isto é, a seleção e aquisição de materiais, mascarada como uma atividade puramente técnica, que se manifesta o papel dessas instituições de custodiar e produzir memória. O sentido do passado é, então, construído e expresso através dos documentos preservados. Tendo em vista que a memória⁷ é objeto de luta política, as bibliotecas são espaços que formulam e decidem, intencionalmente, o que é digno de conservação para a posterioridade e o que pode ser relegado ao esquecimento – portanto, tem seu próprio discurso.

No âmbito dos arquivos, José Maria Jardim e Maria Odila Fonseca (2008, p. 126) destacaram a autenticidade, a naturalidade, a organicidade, a unicidade e a confiabilidade como características primordiais dos documentos arquivísticos, cuja cadeia informacional refere-se a três idades, quais sejam: a corrente, a intermediária e a permanente. De acordo com os autores (JARDIM; FONSECA, 2008, p. 127), a informação arquivística pode ser inserida na noção mais ampla de patrimônio histórico-cultural, o qual é construído pelo Estado a partir da constituição de identidade própria. Neste sentido, os autores explicam que

Os arquivos, as bibliotecas e os museus nacionais são produto da construção desse patrimônio que pressupõe valores, norteados de políticas públicas, a partir dos quais são atribuídos qualificativos a determinados registros documentais. (JARDIM; FONSECA, 2008, p. 127)

Assim como os centros de documentação elencados por Bellotto (2014), os museus foram lembrados por Jardim e Fonseca (2008) para apontar, especificamente, para a importância social dessas instituições ligadas ao universo da cultura material. Apesar da viabilidade de uma reflexão que aglutine todas essas instituições no sentido que o presente trabalho vem defender, isto é, seu papel político, nos detemos na análise apenas dos arquivos e das bibliotecas por questões de finalidade.

Nesta ordem, os registros documentais, no caso dos arquivos, também podem ser considerados suportes materiais de determinada memória, possuindo tanto valor de prova quanto valor informativo (JARDIM; FONSECA, 2008, p. 132). Para controlar as informações contidas nos documentos, as instituições arquivísticas

7 Para a definição de memória, adotamos o conceito de “memória coletiva” de Maurice Halbwachs (1990), que entende a determinação social sobre a constituição da memória dos indivíduos em relação com a sociedade como um todo. Neste interim é possível pensar acrescentar as contribuições de Michael Pollak (1992, p. 207) quando teoriza que: “Se a memória é socialmente construída, é óbvio que toda documentação também o é”.

submetem regularmente tais registros custodiados a processos de avaliação que também visam a seleção intencional. É, pois, através da construção de um patrimônio institucional que os arquivos participam politicamente, assim como as bibliotecas, da produção da memória social.

4. Práticas discursivas de bibliotecas e arquivos

São, pois, como práticas discursivas que as bibliotecas e os arquivos são analisados no presente trabalho. A opção por pensar em discursos não implica na rejeição de seu exame como dispositivos de poder, na perspectiva foucaultiana. Porém, a construção de dispositivos, na leitura de Foucault (2000), compõe um segundo momento. A partir do conjunto heterogêneo de instituições, discursos, organizações, decisões, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas e demais componentes, é possível alcançar o nível do dispositivo entendido como “a rede que se pode tecer entre estes elementos” (FOUCAULT, 2000, p. 244).

Nessa perspectiva, as práticas discursivas, assim como as não discursivas, contribuem para a formação de tais dispositivos, que, para Foucault (2000), não se resumem apenas às instâncias analíticas do poder, mas incluem o saber e a subjetivação. Apesar de apontar nesta direção, é preciso reconhecer que relacionar os discursos das bibliotecas e dos arquivos aos dispositivos que representam consta de outra etapa de análise que não cabe no presente artigo. Por isso, o exame circunscreve-se ao nível primário, qual seja, de uma primeira discussão acerca de bibliotecas e arquivos enquanto discursos.

Responsáveis pela fabricação de um discurso autorizado, arquivos e bibliotecas apoiam-se em registros materiais produzidos pela sociedade para auferir sentido a partir de determinadas perspectivas de passado ou mesmo de presente. A matéria-prima destas instituições, portanto, é o documento que, apesar das supracitadas diferenças entre o arquivístico e o biblioteconômico, tem em comum a legitimação, por meio da escrita, de determinadas memórias selecionadas num amplo escopo de produção documental.

O processo de transformação desses registros em memória construída faz parte do que Michel Foucault chamou de produção de um discurso. De acordo com o filósofo, o discurso pode ser entendido “em sua realidade material de coisa pronunciada ou escrita” (FOUCAULT, 1996, p. 7-8). Assim sendo, o discurso não é neutro, nem transparente, mas “aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar” (FOUCAULT, 1996, p. 10).

Nesse sentido, o filósofo compreende o discurso como o próprio enunciado, procurando estudar seu sentido, sua forma, seu objeto e suas referências, ou como “séries regulares e distintas de acontecimentos” (FOUCAULT, 1996, p. 59). Seja como for,

para Foucault o discurso deve ser pensado como prática social, ainda que descontínua, num sentido muito próximo à análise de Michel Pêcheux.

A compreensão de Pêcheux (2009) sobre o discurso entende-o como prática de linguagem por meio da qual a ideologia se materializa. Segundo esse filósofo, os processos semânticos que perpassam a linguagem são determinados por conjunturas histórico-sociais, o que nos permite afirmar que o discurso é produto de uma sociedade, expressando, efetivamente, um posicionamento.

Com base no materialismo histórico e em autores como Marx, Engels e Althusser, Pêcheux analisa o funcionamento das ideologias pelo discurso, enfatizando a dimensão do indivíduo. Nas palavras do filósofo:

[...] diremos que os indivíduos são “interpelados” em sujeitos-falantes pelas formações discursivas que representam na linguagem as formações ideológicas que lhes são correspondentes. (PÊCHEUX, 2009, p. 147)

Dessa maneira, na teoria do discurso de Pêcheux as sociedades são interpretadas como formações ideológicas no âmbito das quais o sujeito aparece como o autor determinado pelas posições sociais e históricas de sua realidade. Em última instância, o lugar de fala do indivíduo é sempre um lugar social, determinado temporal e espacialmente. Por isso, os discursos funcionam como efeitos de sentidos, expressando interpretações oriundas do lugar social daquele que fala.

Para Foucault, em certa medida, a produção de um discurso também não é individual, mas o filósofo está mais preocupado com o que ele chama de “princípio de inversão”, isto é, ao invés de estudar as representações por trás dos discursos, Foucault aponta para a importância dos discursos por trás das representações. Assim, o filósofo chega a uma percepção institucional do discurso⁸, como explica na passagem a seguir:

Ora, essa vontade de verdade, como os outros sistemas de exclusão, apóia-se sobre um suporte institucional: é ao mesmo tempo reforçada e reconduzida por todo um compacto conjunto de práticas como a pedagogia, é claro, como o sistema dos livros, da edição, das bibliotecas, como a sociedade de sábios de outrora, os laboratórios de hoje em dia. (FOUCAULT, 1996, p. 17)

Nesses termos, longe de negar a existência de outros discursos, Foucault baseia sua análise na pressão e na coerção que a distribuição institucional do discurso tende

8 A leitura de Foucault a respeito dos discursos volta-se fundamentalmente para a supracitada questão das instituições sociais.

a exercer sobre os demais. De modo que a verdade perpetuada é tão somente um enunciado discursivo construído a partir de um aparato institucional que lhe confere autenticidade. Por isso, “o modo como o saber é aplicado em uma sociedade, como é valorizado, distribuído, repartido e de certo modo atribuído” (FOUCAULT, 1996, p. 17) atravessa distintas instituições que produzem seus discursos legitimados socialmente.

Nesse sentido, o “princípio do autor” de Foucault se aproxima da teoria de Pêcheux, ao não perceber as proposições como fruto de iluminações individuais. Para Foucault (1996, p. 26),

O autor, não entendido, é claro, como o indivíduo falante que pronunciou ou escreveu um texto, mas o autor como princípio de agrupamento do discurso, como unidade e origem de suas significações, como foco de sua coerência.

Nesta linha de raciocínio, ao entender a prática discursiva como produção social, podemos pensar sobre o lugar de fala dos arquivos e das bibliotecas enquanto instituições que produzem discursos através de procedimentos de controle e delimitação dos registros. Trata-se dos chamados “serviços técnicos” ou “procedimentos internos” que, por meio de sucessivas operações de classificação, arranjo, descrição, catalogação, indexação, distribuição e muitas outras, selecionam o material digno de ser guardado.

É porque “nem todas as regiões do discurso são igualmente abertas e penetráveis” (FOUCAULT, 1996, p. 37), nas palavras de Foucault, que é possível perceber os distintos sistemas de exclusão operados por meio do processamento técnico empregado pelos arquivos e pelas bibliotecas ao selecionarem os documentos a preservar. Para entender melhor a necessidade de controle sobre os discursos, recorreremos às palavras do filósofo:

[...] suponho que em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade. (FOUCAULT, 1996, p. 8-9)

Desta forma, percebemos que as instituições, ao produzirem seus discursos, trabalham com o “jogo ambíguo do segredo e da divulgação” (FOUCAULT, 1996, p. 40), de modo que analisar seu discurso não significa revelar um sentido próprio da instituição que se proponha universal, mas sim perceber suas escolhas e suas negligências como atuação consciente, não ingênua, de afirmação de sua posição no seio da sociedade. Nesse jogo da produção discursiva, então, muito além de signos, estão articuladas leituras, escrituras e trocas das mais diversas (FOUCAULT, 1996, p. 49).

Novamente, é preciso insistir na definição do conceito de discurso para Foucault, a fim de perceber o controle da produção discursiva efetuada pelas instituições. Nas palavras do filósofo:

O discurso nada mais é do que a reverberação de uma verdade nascendo diante de seus próprios olhos; e, quando tudo pode, enfim, tomar a forma do discurso, quando tudo pode ser dito a propósito de tudo, isso se dá porque todas as coisas, tendo manifestado e intercambiado seu sentido, podem voltar a interioridade silenciosa da consciência de si. (FOUCAULT, 1996, p. 49)

Ao acreditar que arquivos e bibliotecas guardam a universalidade de registros fundamentais sobre o patrimônio cultural, estamos ignorando o fato que tais instituições exercem, por mecanismos próprios, procedimentos de controle, de que produzem, efetivamente, determinados discursos e de que a memória encontrada em seu interior passou, de fato, por um processo de construção.

Assim, baseando-se na compreensão da necessidade política de controlar os discursos, segundo Michel Foucault, é possível afirmar que biblioteca e arquivo são discursos. A chave para esta percepção de sua natureza discursiva encontra-se, desse modo, no papel político que ambas as instituições desempenham na seleção, no silêncio, no apagamento, na lembrança e na memória por meio da manipulação dos registros documentais.

Se uma das funções do discurso é impedir a liberdade de fala, podemos pensar o porquê da existência da vigilância destas instituições na produção de seus discursos de modo a tornarem-se porta-vozes do que pode ser considerado verdadeiro, legítimo e confiável. Em alguns momentos da História, a própria vigilância pode ser percebida como prática estatal, seja em Estados democráticos, seja em regimes ditatoriais, exercida por meio dos serviços de informação pelos quais perpassa determinada cultura do segredo, como bem trabalharam Suzeley Kalil Mathias e Fabiana de Oliveira Andrade em artigo que visa compreender o controle político estatal sobre a informação.

De toda maneira, os discursos são sempre institucionalmente controlados e o controle dos arquivos e das bibliotecas pode ser compreendido como atuação política. Por política, neste caso, estamos entendendo as ações conscientes e deliberadas que exercem alguma forma de poder. Nas palavras de Marilena Chauí, “usamos a palavra política para nos reportarmos a ações que envolvem poderes de decisão e se realizam nas formas institucionalizadas” (CHAUI, 2012, p. 430).

5. Políticas informacionais de profissionais da informação

De certa maneira, podemos pensar que todas as instituições que organizam a nossa sociedade são políticas, ocupando uma esfera primordial do poder que resolve as questões do conflito e das diferenças por meio da negociação e do espaço de diálogo. No caso do Brasil, em particular, as bibliotecas e os arquivos são, sobretudo, instituições públicas, geridas por políticas públicas.⁹ Devemos pensar, pois, que a manipulação da memória social, operada nos interstícios de tais instituições, responde, objetivamente, a determinadas políticas informacionais, cuja vigência depende diretamente do governo em exercício.

Assim, os bibliotecários e os arquivistas são igualmente gestores de informação e profissionais habilitados no tratamento técnico da documentação, como também disseminadores/multiplicadores de conhecimento e ainda mediadores entre o universo da memória e os usuários. O papel do profissional da informação equivale a um exercício político, por mais que não falem esforços que tentem esvaziar essa dimensão do trabalho de bibliotecários e arquivistas em prol da ênfase na técnica.

No entanto, é no papel que o profissional da informação desenvolve como mediador que seu fazer social expressa sua postura política mais ilustre. Desta maneira, Michèle Petit (2013, p. 151) defende a importância do iniciador no universo livro, figura que, segundo a autora, pode ser desempenhada por um professor¹⁰, um bibliotecário ou um documentalista. Tal dimensão do trabalho do bibliotecário e do arquivista corresponde aos serviços mais propriamente voltados para o atendimento ao usuário.

Na concepção da autora, o gosto pela leitura não surge naturalmente. De forma que, sem um mediador entre o universo das letras e o do usuário, a biblioteca é esvaziada de sentido, torna-se um depósito, “letra morta se ninguém lhes der vida” (PETIT, 2013, p. 154). Nestes termos, o bibliotecário ou o arquivista são os profissionais capazes de dar vida a esses espaços. Em relação ao primeiro profissional, ênfase da análise da autora, Petit (2013, p. 167) explica: “E o mediador, o bibliotecário

9 Excetuando, dessa generalização, os casos de bibliotecas e arquivos da iniciativa privada.

10 O papel do professor como mediador e o discurso escolar, embora sejam pautas com riquíssimas matérias a serem discutidas, não se encontram entre os objetivos do presente trabalho. Contudo, é possível estabelecer breve consideração a respeito da educação seguindo os estudos de Foucault (1996), para quem “Todo sistema de educação é uma maneira política de manter ou de modificar a apropriação dos discursos, com os saberes e os poderes que eles trazem consigo” (FOUCAULT, 1996, p. 44). Logo, o ato de educar é também uma ação política, não isenta de interesses nem mesmo livre de contradições sociais. O lugar social do professor, assim como o do bibliotecário e do arquivista, não é neutralizado pelo ofício ou pela técnica, mas constituem, em última instância, espaços eminentemente políticos.

em particular, pode ser precisamente aquele que lhe dá uma oportunidade de alcançar uma nova etapa.”

O estudo de Petit está voltado basicamente para a atuação do bibliotecário ou do professor, mas é possível estender sua análise aos profissionais da informação de forma geral. Ao representarem a hospitalidade da instituição, bibliotecários e arquivistas podem abrir e aproximar estes espaços da sociedade, sendo os principais sujeitos habilitados para despertar o interesse e a curiosidade dos cidadãos por meio de uma relação pessoal. O que Petit (2013) defende, em última instância, é a personalização das instituições por meio dos profissionais da informação, que representam o arquivo e a biblioteca e que medeiam as relações de troca que ocorrem no interior de ambos.

Nesse sentido, a autora considera o papel do iniciador no mundo do livro e da leitura como função-chave na sociedade por propiciar ao leitor o acesso a universos culturais e históricos distintos e distantes. Por outro lado, menosprezar essa função pode significar a conversão de tais instituições em espaços de nivelamento, segregação ou “neutralização da identidade” (PETIT, 2013, p. 177). Desse modo, as bibliotecas e os arquivos tanto podem ser espaços abertos quanto podem significar ambientes de repressão, e o que determina esta nuance é a atuação, sempre política, de seus profissionais.

Embora reconheça que essas instituições estão atreladas a um projeto de cidade e de sociedade mais amplo, as quais, não raras vezes, exprimem processos múltiplos de segregação, Petit lembra que o bibliotecário incorpora o papel do mediador: “Trata-se, no fundo, de ser receptivo, de estar disponível para propor, para acompanhar o jovem usuário, procurar com ele, inventar com ele, para multiplicar as oportunidades de fazer descobertas, para que o jogo esteja aberto” (PETIT, 2013, p. 179).

Seja como for, partir da leitura de Foucault para pensar os discursos produzidos pelas instituições da biblioteca e do arquivo significa desnaturalizar uma atuação que é, ao fim e ao cabo, política. Da escolha entre o que será omitido ao que será divulgado, isto é, da seleção operada sempre de maneira intencional¹¹, ainda que por distintos meios entre bibliotecários e arquivistas no fazer de suas profissões, as políticas informacionais se tornam mais evidentes.

Em defesa das funções político-culturais dos profissionais da informação que ocupam lugar estratégico na sociedade, Lídia Silva Freitas e Sandra Lúcia Rebel

11 Para “intencional”, não há atribuição de nenhuma carga negativa. No procedimento da presente análise, procura-se fugir de visões maquiavélicas que reduzem fenômenos deveras complexos. Por isso, “seleção intencional” refere-se a práticas deliberadas no fazer-se da profissão, cujas decisões de guarda ou segregação, divulgação ou omissão, exposição ou eliminação são sempre posicionamentos criteriosos tomados por profissionais da informação.

Gomes (2004, p. 1) problematizaram a relação dos bibliotecários, arquivistas, documentalistas e cientistas da informação com a memória social, entendida como construção coletiva no decorrer do processo histórico.

Ao discutir o que se torna memorável, as autoras apontam para o poder das instituições de memória, como arquivos e bibliotecas, de decidirem o que será lembrado e o que será esquecido, desde a seleção e a aquisição de documentos até a política de acesso e de divulgação da informação. É, pois, nesse aspecto que se encontra um dos grandes desafios do profissional da informação, segundo Freitas e Gomes (2004, p. 5): voltar-se para a recuperação, a organização, a disseminação e a preservação das culturas.

Ainda de acordo com Freitas e Gomes (2004, p. 4), historicamente o trabalho dos profissionais da informação oscilou entre ser um “guardião da memória registrada, profissional da História” e, posteriormente, ser um importante técnico responsável pela “recuperação e circulação dos saberes ‘socialmente relevantes’”, sempre atento às tecnologias de “otimização dos fluxos da informação administrativa”.

Hoje, a necessidade da “democratização da informação” (FREITAS; GOMES, 2004, p. 7) torna-se cada dia mais urgente na realidade presente e, nesse contexto, cresce a relevância social e política do profissional da informação. Para as autoras, compreender seu papel político-social sugere uma mudança de postura no trabalho de todo bibliotecário e arquivista, cujas atividades desloquem a ênfase no acervo enquanto conhecimentos institucionalizados restritos para lançar luz sobre o acesso – que, fundamentalmente, envolve interesses políticos de públicos diversos.

O deslocamento proposto pelas autoras só pode ser percebido se observada a apropriação que as elas fazem do conceito de Pierre Nora de “lugares de memória”¹² para pensar as instituições que vimos discutindo. No entanto, Freitas e Gomes (2004, p. 3-4) acabam por considerar que bibliotecas e arquivos seriam, na verdade, lugares de História, por custodiarem uma informação registrada, legitimada pela escrita, e não propriamente a memória veiculada pela oralidade. Assim, seriam

12 “Lugares de memória”, segundo o conceito originalmente elaborado por Pierre Nora (1993), se referem aos espaços simbólicos que a sociedade elege por sentirem, afetivamente, uma identificação coletiva. Portanto, são construídos para assegurarem a lembrança de acontecimentos passados que deram sentido àqueles lugares. A atribuição às bibliotecas, aos arquivos, aos museus e aos centros de documentação da designação de lugares de memória é uma apropriação feita por muitos pesquisadores da área da Ciência da Informação por considerarem a importância destas instituições como guardiãs da memória (FREITAS; GOMES, 2004). No entanto, a terminologia, neste caso, é passível de críticas, uma vez que o conceito foi pensado em termos das relações afetivas que os espaços evocam e sabe-se que, muitas vezes, o processo de construção destas instituições responde a interesses de outras ordens, não guardando relações significativas entre o espaço edificado e a sociedade.

espaços que institucionalizam discursos históricos do ponto de vista da versão oficial, a “vencedora” dos acontecimentos.

Desse modo, compreender que as instituições do arquivo e da biblioteca estão submetidas a um processo de progressiva “desvalorização ideológica e silenciamento político da memória” (FREITAS; GOMES, 2004, p. 5) movido por interesses diversos requer dos profissionais de informação a percepção de sua responsabilidade social seguida da mudança de sua postura política. Nas palavras das autoras: “As novas demandas de trabalho de *memória* e documentação devem ser analisadas e assimiladas por seus profissionais, incorporando as mudanças políticas e éticas que isso envolve” (FREITAS; GOMES, 2004, p. 6, destaque no original).

Nessa perspectiva, o profissional da informação deve desenvolver um trabalho dinâmico e criativo, capaz de preservar e divulgar as várias memórias sociais, registradas ou não, interagindo com a diversidade cultural e lidando com as informações circulantes na sociedade. Para as autoras, os centros de documentação de setores populares e de trabalhadores surgidos entre o final do século xx e o início do século xxi, por iniciativa dos sujeitos envolvidos com essas memórias, representam grande avanço na direção da preservação do patrimônio documental que registra a memória dos trabalhadores brasileiros.

A respeito da problemática dos limites entre a escrita e a oralidade, na análise de Freitas e Gomes (2004, p. 8) ela é resolvida a partir da compreensão de que os profissionais da informação trabalham, verdadeiramente, na lacuna entre a história e a memória. Isto porque, na visão delas, bibliotecários e arquivistas “recolhem o material relativo à memória dos grupos, das coletividades, organizam e disponibilizam este material, ou seja, os rastros escritos, falados ou impressos deixados para tais segmentos” (FREITAS; GOMES, 2004, p. 8).

6. Considerações finais

A partir do referencial teórico discutido, longe de pensar uma constituição natural das instituições do arquivo e da biblioteca, devemos encará-los como espaços permeados de contradições e como verdadeiro campo de lutas. O isomorfismo que permite a comparação de tais instituições a partir de suas similitudes, identificadas, sobretudo, a partir da categorização como instituições de memória, contrastou com a análise do discurso simbólico por elas emanado.

Foi na relação com o poder que a análise institucional se processou. Ademais, foi no nível dos discursos simbólicos que a análise cessou, não avançando, apesar de reconhecer tal abertura, na sua influência na constituição de tais instituições enquanto dispositivos de poder. Deste modo, práticas discursivas provenientes de bibliotecas e arquivos por meio de procedimentos de controle e delimitação de

registros da cultura material resultam de efetiva produção social monitorada por políticas informacionais vigentes.

Nesse sentido, os profissionais da informação precisam se conscientizar de seus lugares sociais e exercer conscientemente suas atividades, não mais escondidos por detrás de um discurso da técnica, que privilegia as operações com os registros documentais, mas percebendo o discurso histórico institucionalmente construído e propagado intencionalmente pelas bibliotecas e arquivos, em consequência do apagamento seletivo da memória.

Entre a omissão e a divulgação da informação contida nas instituições de memória, há variados graus de atividades que comportam o fazer do profissional da informação. Um fazer que nunca foi mecânico ou automático, como faz parecer o polêmico discurso da técnica. Ainda que seja aparentemente voluntária, a seleção é sempre deliberada, pois regida por critérios definidos pelas próprias políticas informacionais produzidas pelas instituições em que os profissionais estão inseridos.

Destarte, perceber os discursos produzidos pelas bibliotecas e pelos arquivos implica em revelar os interesses políticos e as políticas informacionais presentes na formação e manutenção de tais acervos. Seja na atuação como mediadores, ao desempenharem a função de iniciadores de livros, proposta por Petit, seja na atividade de promoção do registro, abrindo as instituições para as memórias que não obtiveram, ao longo da História, espaço suficientemente reconhecido, como defendem Freitas e Gomes, percebemos que o trabalho do profissional da informação é muito mais intelectual que, a princípio, o discurso social permite perceber.

Portanto, apontamos para a importância de se refletir sobre o trabalho informacional desenvolvido por bibliotecários e arquivistas na esteira de um exercício profissional eminentemente político, do qual depende, em última análise, a garantia do direito à cultura e à informação para muitos setores sociais. Assim, ao manipular os registros da memória, vemos que o lugar do profissional da informação na sociedade é mesmo um lugar de poder.

Referências

- BELLOTTTO, Heloísa L. “Arquivos, bibliotecas e centros de documentação, da convergência de objetivos à diversidade da documentação e do processamento técnico”. In: _____. *Arquivo: estudos e reflexões*. Belo Horizonte, UFMG, 2014. p. 24-37.
- CARVALHO, Cristina Amélia; VIEIRA, Marcelo Milano Falcão. “Contribuições da perspectiva institucional para a análise das Organizações: possibilidades teóricas, empíricas e de aplicação”. In: _____. *Organizações, cultura e desenvolvimento local: a agenda de pesquisa do Observatório da Realidade Organizacional*. Recife, Edufepe, 2003. p. 21-38.

- CHAUI, Marilena. "A vida política". In: _____. *Convite à filosofia*. 14. ed. São Paulo, Ática, 2012. p. 430-442.
- FERREIRA, Marcelo Santana. "Polissemia do conceito de instituição: diálogos entre Goffman e Foucault". *Ecos (Estudos Contemporâneos de Subjetividade)*, v. 2, n. 1, p. 74-86, 2012.
- FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970*. Trad. Laura Fraga de Almeida Sampaio. 3. ed. São Paulo, Edições Loyola, 1996.
- FOUCAULT, Michel. "Sobre a *História da sexualidade*". In: *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro, Graal, 2000. p. 243-270.
- FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Trad. Raquel Ramallete. Petrópolis, Vozes, 2012.
- FREITAS, Lídia S. de; GOMES, Sandra L. R. "Quem decide o que é memorável? A memória dos setores populares e os profissionais da informação". FÓRUM SOCIAL DE INFORMAÇÃO, DOCUMENTAÇÃO E BIBLIOTECONOMIA, Buenos Aires, 2004. *Anais...* Buenos Aires, 26-28 ago. 2004. Disponível em: <<http://www.inforosocial.org/ponencias/eje05/25.pdf>>. Acesso em: 27 nov. 2017.
- GIDDENS, Anthony. *Central problems in social theory. Action, Structure and Contradiction in Social Analysis*. Berkeley/Los Angeles, University of California Press, 1979.
- GOFFMAN, Erving. *Manicômios, prisões e conventos*. São Paulo, Perspectiva, 2008.
- HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo, Vértice, 1990.
- HUGHES, Everett C. "The ecological aspect of institutions". *American Sociological Review*, v. 1, n. 2, p. 180-189, Apr. 1936.
- HUGHES, Everett C. "The Study of Institutions". *Social Forces*, v. 20, n. 3, p. 307-310, Mar. 1942.
- JARDIM, José Maria, FONSECA, Maria Odila. Arquivos. In: CAMPELO, Bernadete Santos, CALDEIRA, Paulo da Terra (org.). *Introdução às fontes de informação*. Belo Horizonte, Autêntica, 2008. p. 121-140.
- LE GOFF, Jacques. "Documento/monumento". In: FONSECA, Thaís N. L. (org.). *História e Memória*. 5. ed. Campinas, Editora da UNICAMP, 2003. p. 525-541.
- LEMONS, Antônio Agenor Briquet de. "Bibliotecas". In: CAMPELO, Bernadete Santos, CALDEIRA, Paulo da Terra (org.). *Introdução às fontes de informação*. Belo Horizonte, Autêntica, 2008. p. 101-120.
- MATHIAS, Suzeley Kalil; ANDRADE, Fabiana de Oliveira. "O Serviço de Informações e a cultura do segredo". *Vária História*, Belo Horizonte, v. 28, n. 48, p. 537-554, jul./dez. 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/vh/v28n48/04.pdf>> Acesso em: 27 nov. 2017.
- NORA, Pierre. "Entre memória e história: a problemática dos lugares". *Projeto História; Revista do Programa de Estudos Pós-graduados em História e do Departamento de História da PUC/SP*, São Paulo, n. 10, p. 7-28, dez. 1993.
- PÊCHEUX, Michel. "Ler o arquivo hoje". In: ORLANDI, Eni P. *Gestos de Leitura: da história do discurso*. Campinas, Editora da UNICAMP, 1994. (Repertórios) p. 55-66.

- PÊCHEUX, Michel. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Trad. Eni Puccinelli Orlandi [et al.]. 4. ed. Campinas, Editora da Unicamp, 2009.
- PETIT, Michèle. “O papel do mediador”. In: *Os jovens e a leitura: uma nova perspectiva*. Trad. Celina Olga de Souza. 2. ed. São Paulo, Editora 34, 2013. p. 103-146.
- POLLAK, Michael. “Memória e identidade social”. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, FGV, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.
- QUINTANEIRO, Tânia; BARBOSA, Maria Lígia de Oliveira; OLIVEIRA, Márcia Gardênia de. *Um toque de clássicos: Marx, Durkheim e Weber*. 2. ed. rev. ampl. Belo Horizonte, Editora da UFMG, 2002.
- VIEIRA, Marcelo Milano Falcão; MISOCZKY, Maria Ceci. “Instituições de poder: explorando a possibilidade de transferências conceituais”. In: CARVALHO, Cristina Amélia Pereira de; VIEIRA, Marcelo Milano Falcão (orgs.). *Organizações, cultura e desenvolvimento local: a agenda de pesquisa do Observatório Organizacional*. Recife, Edufepe, 2003. p. 39-57.